

Por Antonio Penteado Mendonça



O verão chegou e, com ele, as tempestades que todos os anos varrem o território nacional, sem fazer distinção de região, desenvolvimento ou renda per capita. Desde o começo do ano, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo já sentiam a violência das águas e os seus estragos.

Desmoronamentos causados pelas águas ou deslizamentos de encostas destroem imóveis, enquanto a enchente invade os que permanecem em pé, atingindo muitas vezes a altura do telhado, destruindo de móveis e aparelhos a documentos, fotos e lembranças de vidas inteiras, que são arrastadas pela enxurrada, indiferente aos danos causados a milhares de pessoas que perdem tudo.

O fenômeno não é brasileiro, nem se pode dizer que suas consequências são uma exclusividade decorrente da ação dos nossos homens públicos. Não, não é por aí. As catástrofes de origem natural estão ganhando corpo e frequência, se tornando mais fortes e mais comuns em todos os cantos do planeta. Afirmar que o planeta está sofrendo é um exagero. O planeta vive mais um ciclo, como milhões de outros ao longo dos bilhões de anos de sua existência. Quem está sofrendo e pode ter parte da responsabilidade pelo que acontece é o ser humano. O aumento dos eventos de origem climática tem impacto direto sobre a vida de bilhões de pessoas espalhadas pela terra. E a tendência é os estragos crescerem e a conta ficar cada ano mais cara.

De acordo com dados do setor de seguros, 2021 custou 280 bilhões de dólares em prejuízos causados pelas mudanças climáticas. As seguradoras arcaram com perto de 120 bilhões de dólares, quase metade deles em função dos eventos que atingiram os Estados Unidos, além de perdas severas na Alemanha e na China.

Os países intermediários e pobres não aparecem de forma significativa no total das indenizações pagas pelas seguradoras. A razão é simples: eles não contratam seguros para fazer frente a esses eventos e suas consequências. E o Brasil não é a exceção à regra.

O país contrata muito pouco seguro. A principal razão é o desconhecimento pela sociedade da possibilidade de se transferir a obrigação de repor patrimônios atingidos para companhias especializadas. Mas há mais e esse mais passa pela péssima distribuição de renda. Metade da população brasileira não tem condições de contratar seguros porque mal tem recursos para custear suas necessidades básicas.

Além disso, os mais pobres são empurrados para as áreas mais expostas aos eventos de origem climática que atingem o país. O resultado não poderia ser diferente. São as maiores vítimas do processo e os prognósticos para as próximas décadas não são bons para eles.

As tempestades ficarão mais fortes e não há nenhum plano visando reorganizar a ocupação do solo

para tirar a população das áreas naturalmente sujeitas a enchentes e deslizamentos de terra. Também não há nenhuma ação para melhorar a proteção dessas áreas. Como também não há seguro, as perdas e os prejuízos continuarão nas costas do povo.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 07.02.2022.